

## DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA: EXPRESSÃO DO TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE IGUATU - CE

Ana Samilly Alexandre Moreira<sup>1</sup>  
Michele Ribeiro de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute os impactos nas relações e condições de trabalho no contexto da crise contemporânea do capital, que aponta como estratégia de reposição da lucratividade à reestruturação produtiva. As novas formas de acumulação agudizam o conflito entre capital e trabalho, tornando a classe trabalhadora cada vez mais subserviente ao capital, tendo como característica latente o desemprego e a informalidade. Dessa forma, o capital tem readaptado o mercado de trabalho a partir de suas necessidades, e por consequência, sobre a classe trabalhadora recai o ônus dessas mudanças, com retrocesso dos direitos trabalhistas e sociais conquistados, refluxo dos movimentos de trabalhadores, aumento da exploração da força de trabalho.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Informalidade. Relações de trabalho.

### 1 INTRODUÇÃO

Como estratégia de superar a crise do capital acentuada nas últimas décadas do século XX, com foco na recomposição da taxa de lucratividade, a reestruturação produtiva configura-se como necessidade de resposta do capital às suas crises. A lógica flexível de produção tem acarretado aspectos singulares, especialmente o desemprego estrutural, desencadeando a precarização, a terceirização, a subcontratação, o trabalho em tempo parcial, enfim, a informalidade, desprovida de proteção trabalhista e com baixo rendimento.

Nessa direção, a reestruturação produtiva acentua o processo de subsunção do trabalho ao capital, acirrando as expressões da “questão social” na cena

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu. E-mail: samillyifce@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu. E-mail: michele.as@hotmail.com.

contemporânea. Entendemos que a gênese da “questão social” centra na relação entre capital e trabalho, definida no âmbito do modo de produção capitalista, expressando a contradição fundamental, qual seja, a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

Essa transformação no âmbito da produção, como afirmam Mota e Amaral (2006), propicia o aumento do lucro mediante crescimento da produtividade, com o investimento em novas tecnologias e, especialmente, novas formas de consumo da força de trabalho. Esses movimentos de ajustes estruturais do capital são importantes alterações na dinâmica econômica e política, amparadas no neoliberalismo, que é entendido como ideário econômico e político, que expressa princípios na defesa do mercado, da liberdade econômica e na redução da regulação do Estado, comprometendo e fragilizando a proteção social.

Nesse cenário é perceptível o crescimento de novas formas de trabalhos informais, precários, desprotegidos, num ambiente propício do retrocesso de direito dos trabalhadores, os quais concorrem para acentuar a desigualdade social e aumento da pobreza que afeta enorme contingente da população.

A partir dessa exposição, o presente artigo versa sobre as novas formas de trabalho informal, com foco na realidade dos trabalhadores informais que atuam na área de divulgação e propaganda na cidade de Iguatu - CE. Entendemos que a ampliação de diversas formas do trabalho informal decorre da reestruturação produtiva que tem no desemprego estrutural elemento central e funcional ao capital. Salientamos que a proposta é uma discussão inicial, tendo em vista a complexidade da temática, não contemplando nos limites desse estudo, as inúmeras determinações que a comporta.

Primeiramente, discutiremos as profundas alterações nas relações e na organização do trabalho, que imprimem novas formas de consumo na lógica da reestruturação produtiva. Em seguida, apontamos a informalidade do trabalho na nossa realidade, com funcionalidade ao capital, de modo particular a sua expressão na divulgação e propaganda na cidade de Iguatu – CE, mencionando o perfil dos trabalhadores, as formas das relações do trabalho e remuneração das atividades. Por fim, tecemos as considerações finais, que a partir do presente estudo, indica que a informalidade do trabalho permite a insegurança do trabalho, a subsunção do

trabalho ao capital e o baixo rendimento para os trabalhadores, e ainda, elucida a incidência de jovens e mulheres nessa área.

## **2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: FLEXIBILIZAÇÃO, INFORMALIDADE E RETROCESSO DE DIREITOS**

A crise estrutural experimentada pelo capital a partir da década de 70 do século XX exige readaptações e reestruturações para buscar a recomposição da taxa de lucratividade e novas formas de acumulação.

Essa crise resulta do esgotamento dos “anos dourados” da acumulação capitalista, que teve como base o modelo fordista<sup>3</sup> de produção atrelada à proposta de intervenção estatal keynesiana<sup>4</sup>, que cedeu lugar a lógica da reestruturação produtiva, embebida pela ideologia neoliberal, como mecanismo de superar a lucratividade decrescente, retomando a elevação da taxa de acumulação.

O referido período foi caracterizado pela produção de massa, atrelado ao crescimento do consumo, promovendo-o num patamar antes inexistente para a classe trabalhadora, com expansão de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas.

Isso só foi possível devido ao aumento da lucratividade do capital, e em momento de crise e estagnação, aponta a reestruturação produtiva e a pragmática neoliberal, incidindo no retrocesso dos ganhos materiais da classe trabalhadora e das políticas sociais.

A resposta do capital à superação da crise, visando a sua autorreprodução e acumulação, foi contundente para a classe trabalhadora, como coloca Paniago

---

<sup>3</sup> Entendido como um modelo de organização do trabalho que se expande no período pós Segunda Guerra Mundial, em que ampliou série de inovações tecnológicas e organizacionais já em curso no século XX. A base de produção era centrada em: produtos homogêneos, rígida linha de montagem, maior número de trabalhadores no processo produtivo, máquinas especializadas, rotinas de trabalho padronizadas e, ainda, sem exigência de qualificação do/a trabalhador/a. Promoveu inovação ao inculir nos seus contemporâneos à postura de consumidores de massa de produtos padronizados.

<sup>4</sup> O modelo Keynesiano pode ser entendido como as concepções que se expandem no período pós Segunda Guerra Mundial (século XX), nos países de capitalismo avançado, que em seu eixo está as mudanças na economia e a intervenção incisiva dos Estados na regulação social, assumindo a proteção social em sua plenitude.

(2010, p.116), “a recuperação das taxas de lucratividade em queda levou o capital a uma corrida incessante à busca de aumentos de produtividade, e por consequência, à redução dos postos do trabalho vivo, acentuando a tendência ao desemprego estrutural”.

Essa resposta do capital recai expressivamente sobre o trabalho, configurando a reestruturação produtiva como mudanças no modo de produção capitalista, concomitante a lógica de flexibilização e mundialização da economia, sob a égide neoliberal, em que tornam imperiosas a terceirização, a precarização e a informalidade do trabalho em um contexto de desemprego estrutural.

Tal contexto, expressa um retrocesso nas relações de trabalho, o qual colide com o interesse do capital, uma vez que esse modelo tem como base a exploração, e esta é o sustentáculo da ampliação dos lucros. Como defende Paniago (2010), o capitalismo é um sistema de produção voltado para expansão e acumulação do capital, ultrapassando todas as barreiras humanas, sociais e naturais que se coloque em seu caminho.

Assim, a reestruturação produtiva implementada pelo capital, desencadeou profundas e severas alterações nos processos e relações do trabalho, favorecendo para perdas significativas da classe trabalhadora. Ressaltamos que, nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas implicam no mecanismo de acionar formas para extrair o trabalho não-pago, ou seja, formas de produzir a mais-valia, e no momento de crise o ônus recai fundamentalmente para a classe trabalhadora.

No cenário brasileiro, os reflexos da reestruturação produtiva são visíveis já a partir da década de 1980, impulsionadas pelos influxos da nova divisão internacional do trabalho, que diferentemente dos países centrais, ocorreu de forma limitada e seletiva.

Entretanto, foi a partir da década de 1990 que a reestruturação produtiva do capital se desenvolve de forma intensa, com a inserção dos moldes de acumulação flexível, diminuindo os postos de trabalho “formais”, com proteção trabalhista.

Desse modo, se agrava a questão do desemprego, em uma sociedade fortemente marcada por relações de exploração do trabalho e injustiças sociais. Portanto, a marca da reestruturação produtiva no cenário brasileiro, resulta na redução dos postos de trabalho, transformação de trabalhadores antes protegidos

em trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada, desempregados abertos e desempregados ocultos pelo trabalho precário.

Na direção da reestruturação produtiva, com desemprego estrutural e com redução dos postos de trabalho vivo, sinaliza Tavares (2002, p. 51), “às empresas pelas políticas flexibilizadoras, o trabalho formal com as regulações que ainda o caracterizam está desaparecendo. Ora, criar emprego não é função do capital. Mas este, já o sabemos, não existe sem trabalho”.

Dessa forma, os trabalhadores desempregados se inserem e se submetem à relações de trabalho precarizadas, informais, sem nenhuma garantia trabalhista, na maioria das vezes de forma temporária, quando se precisa atender às demandas do capital.

A informalidade passa a ser, portanto, uma poderosa arma na mão do capital tanto do ponto de vista econômico como do campo político, no discurso falacioso do fim do conflito de classe, da sociedade harmoniosa, com a desarticulação dos movimentos sindicais e de trabalhadores.

Na atual lógica de acumulação capitalista se investe ideologicamente na retórica do trabalhador por conta própria, do tempo livre e da possibilidade de construir o próprio horário e ser seu próprio patrão, o reforço e enaltecimento da informalidade do trabalho se traduz na possibilidade de cada trabalhador se “virar no mercado de trabalho”, sob quaisquer condições, em muitos casos de forma degradante.

A informalidade expressa a efetivação da precarização do trabalho na nossa realidade, expressão dos processos de redefinições da acumulação flexível. Dessa forma, nesse trabalho, priorizamos os trabalhadores de divulgação e propaganda, que realizam panfletagem e anúncios no comércio, tendo em vista que na atual sociabilidade capitalista, o consumo se configura como importante estratégia de produção/circulação e acumulação.

No contexto de crise, aumentar o ritmo de consumo é estratégico, nesse sentido, Mézáros (*apud* PANIAGO, 2010), afirma que a aceleração do círculo de consumo, reduz a vida útil das mercadorias, promovendo o consumo perdulário e a produção destrutiva.

### **3 PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO: EXPRESSÃO DA INFORMALIDADE DO TRABALHO EM IGUATU – CE**

Na contemporaneidade, presencia-se cotidianamente um grande número de pessoas fora do processo de produção, inseridas em relações de trabalho que favorecem o empobrecimento da classe trabalhadora, e em muitos casos, com a impossibilidade de reintegração ao mercado de trabalho formal.

Dentre as diversas expressões da informalidade do trabalho na cidade de Iguatu, focamos na área da propaganda e divulgação, tendo em vista, que o município é caracterizado com forte potencial do comércio varejista na Região Centro Sul do estado do Ceará, sendo polo comercial de referência para as cidades circunvizinhas. Dessa forma, a atividade de panfletagem, propaganda nas ruas e divulgação de lojas e serviços é crescente no centro da cidade, bem como, nos bairros periféricos.

O município de Iguatu possui segundo o Censo 2010 (IBGE, 2013), 96.495 habitantes. Desse total, 45.619 são do sexo feminino e 50.876 do sexo masculino. Para realização do estudo, foram feitas entrevistas com trabalhadores/as que atuam na área de divulgação e propaganda no comércio da cidade, no período de Fevereiro a Abril de 2013. As entrevistas foram realizadas aos sábados, no momento de desenvolvimento das atividades, em virtude de este dia ser o mais movimentado e com maior fluxo no comércio. Adotamos o procedimento da entrevista e acompanhamento das atividades como possibilidade de apreender, de forma geral, como se dá essa atividade, as relações trabalhistas e o perfil dos/as trabalhadores/as.

Do total de entrevistados/as, três são do sexo masculino e nove feminino. Esse dado revela uma tendência do processo de reestruturação produtiva: a incorporação das mulheres em atividades “flexíveis”, a utilização nos âmbitos informais, por parte do capital, de mão de obra cada vez mais jovem, tendo aí uma grande incidência do trabalho feminino.

Segundo Cisne (2002, p. 111), “analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da

mulher. Essa exploração não se dá de forma diferente, e sim, acentuada com relação à exploração do homem”.

Isso revela a divisão sexual do trabalho, em que coloca as mulheres em atividades mais subalternas e com menor remuneração em relação aos homens. Apesar da exploração ser intrínseca ao processo de acumulação capitalista, em que alija força de trabalho de homens e mulheres, estas se tornam o maior contingente e mais propicia a exploração no mercado de trabalho.

Segundo Hirata (2002), as mudanças recentes no mundo do trabalho tendem a modificar a divisão social do trabalho e de forma particular a divisão do trabalho entre homens e mulheres, que contundentemente desenvolvem a precarização e informalização. Assim, a reestruturação atinge, sobretudo, as mulheres, configurando uma *flexibilidade sexuada*.

No decorrer das entrevistas, foi visível a associação da mulher com determinadas atividades, legitimada pela divisão sexual do trabalho. Vejamos o depoimento a seguir: *“As mulheres cativam mais as pessoas, homem não tem jeito para esse tipo de trabalho”* (Entrevista 6)

Isso mostra a lógica da divisão sexual do trabalho, que se acentua na sociedade capitalista, corroborando com a ideologia de que as mulheres tem uma melhor comunicação com o público, são mais carismáticas, entre outros aspectos que são associados à figura feminina. Esse elemento foi unânime nas falas dos/as entrevistados/as.

Tal situação decorre da utilização da força de trabalho feminina cada vez mais precária e explorada, pois:

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões e habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho (CISNE, 2012, p. 114).

Ainda, sobre a divisão sexual do trabalho, apontamos o pensamento de Nogueira (2010), ao defender que a inserção da mulher no mercado de trabalho, implica significados distintos. Se, por um lado, o ingresso do trabalho feminino no

espaço produtivo expressa conquista das mulheres, por outro, permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, com o trabalho feminino.

Ao questionar sobre a interferência do sexo na obtenção de emprego, foi unânime quanto à afirmação que nesse “ramo” é priorizado a contratação temporária de mulheres. Do total de homens entrevistados, todos afirmaram que só conseguiram essa atividade em virtude de vínculos de amizade, como expresso no depoimento: (...) *nessa área não tem como não sofrer influencia, eles só contratam mulheres, só consegui porque conhecia uma pessoa lá de dentro*” (Entrevista 7).

Outro aspecto notável é a utilização de jovens que já passaram por algum trabalho como modelo. Essa mão de obra é utilizada para a divulgação e panfletagem nos bares e restaurantes durante a noite, onde se exige sempre, por parte dos contratantes, uma boa aparência física. Notem na fala a seguir: *“Fui fazer uns trabalhos como modelo, daí me acharam bonita e vez por outra me contratam para fazer panfletagem (...). As mulheres, principalmente as bonitas tem mais facilidade, não digo em outro ramo, mas pelo menos neste sim...”* (Entrevista 10).

Quanto à idade, é notória a incorporação do trabalho informal das pessoas jovens, pois do total de entrevistados/as três possuem idades entre 10 e 19 anos e nove idades entre 20 e 23 anos. Isso revela a tendência sinalizada por Antunes (2001), de forte incidência da absorção da força de trabalho de jovens, muitas vezes, submetidos às condições precárias de trabalho.

Quanto à situação da informalidade do trabalho, todos/as entrevistados/as afirmaram que estão na atividade de divulgação e propaganda por falta de opção e pela dificuldade de conseguir emprego fixo: *“Na verdade eu trocaria por um emprego fixo, esse é ruim pela instabilidade, mas não consegui arrumar outra coisa, então é melhor do que ficar em casa...”* (Entrevista 12).

Apenas dois dos/as entrevistados/as trabalharam alguma vez com carteira assinada, reflexo do desemprego estrutural e da informalidade que são intrínsecos ao capitalismo no atual estágio de acumulação.

Em relação ao grau de escolaridade quatro têm o ensino médio incompleto, cinco o ensino médio completo e três o ensino superior incompleto, ainda em curso. Estes últimos expressaram que realizam essa atividade para complementação de renda, pois as instituições de ensino não ofertam estágios remunerados ou bolsas

de estudos que ajudem a completar a renda e o sustento, a qual permitiria substituir a atividade da divulgação e propaganda. É o que encontramos na fala: *“Não gosto muito do trabalho, mas como na minha faculdade não há nada, tenho que ter algum dinheiro. E quando termino de entregar esses panfletos vou para casa estudar...”* (Entrevista11).

Concernente à carga horária de trabalho, a média dessas atividades é de 8 horas diária, salvo algumas exceções que trabalham conforme a quantidade de panfletos a serem entregues por dia. Quanto ao valor pago pela atividade, sete dos/as entrevistados/as recebem entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00; três entre R\$ 21,00 e R\$25,00 e dois entre R\$ 26,00 e R\$50,00, por dia de trabalho, não possuindo nenhum vínculo empregatício. O período de maior procura por essa atividade de divulgação e panfletagem ocorre no início e final do mês, decorrente do movimento no comércio.

Estes dados correlacionam-se com o período de pagamento dos benefícios previdenciários (aposentados e pensionistas) e dos funcionários das prefeituras da região. É necessário considerar esses elementos, uma vez que os benefícios previdenciários apresenta fundamental na economia das cidades da região Nordeste.

Os tipos de propagandas já realizadas pelos/as entrevistados/as foram a divulgação e propaganda de: empréstimo financeiro, lojas de roupa e calçados, spa, lojas de bijuterias, consultório odontológico, óticas, consórcios de moto, farmácias, supermercados e operadoras de celular.

Do total dos/as entrevistados/as, dois trabalham com óticas e um com empréstimos financeiros, e ganham comissão por consulta marcada ou por agendamento para empréstimo, que varia uma retribuição de R\$ 5,00 (no caso dos empréstimos) à R\$ 15,00 (no caso das óticas).

Ao questionar sobre a avaliação que fazem da atividade de divulgação e propaganda, seis afirmaram que faziam apenas por falta de oportunidade, pois segundo eles/as para se conseguir um emprego formal, na maioria das vezes, exige experiência profissional. Outros/as seis avaliaram a atividade de forma positiva, pois poderiam trabalhar o dia que quisessem e, também, fora dos ambientes internos.

Nota-se, portanto, o discurso falacioso acerca dos “benefícios” do trabalho flexível e informal, em que o trabalhador pode fazer a sua carga horária, bem como o seu salário. Porém, essa retórica esconde as estratégias da exploração do trabalho, como mecanismo de recomposição da taxa de lucratividade do capital, mediante a precarização e informalidade do trabalho, cada vez mais com rebaixamento dos rendimentos da força de trabalho.

Acerca da renda familiar dos/as entrevistados/as, três tem renda familiar três entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00; seis entre R\$ 810,00 a R\$ 1.100,00; um com rendimento de R\$ 1.200,00; e dois até R\$ 1.700,00. Somente metade destes recebe algum tipo de benefício de transferência de renda. Isso nos demonstra que a informalidade, na maioria dos casos aqui analisados prejudica sobremaneira a classe enquanto renda familiar e poder aquisitivo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações na produção, relações e processos do trabalho, decorrentes dos padrões de acumulação do capital impactam de modo contundente nas condições de vida dos/as trabalhadores/as e na reprodução da força do trabalho.

A informalidade, dentro desse contexto, possibilita uma mão de obra precária, sem nenhuma garantia de direitos, com baixa remuneração, intensificação a exploração da força de trabalho, cerne da acumulação do capital.

As atividades de divulgação e propaganda na cidade de Iguatu tem sido uma expressão dessa informalidade, oriundas da falta de postos de trabalho formais que, conseqüentemente, impelem os/as trabalhadores/as a esse tipo de ocupação.

Com a inexistência de garantias trabalhistas ou estabilidade, vendem sua força de trabalho e se submetem as diversas formas de exploração, acirrando a subsunção do trabalho ao capital.

Dessa forma, tem-se conseqüências visíveis para a classe trabalhadora, como perdas de direitos trabalhistas e sociais conquistados, fruto das lutas e resistências; crescimento do empobrecimento dos/as trabalhadores/as; refluxo do

movimento sindical; despolitização do sentido de classe e de luta por questões coletivas; polarização dos trabalhadores; os protegidos e os informais; incentivo a individualidade e competitividade como mecanismo de impulsionar a produtividade e consentimento dos trabalhadores na lógica de produção e acumulação flexível.

Desse modo, ao analisar as relações e processos de trabalho na contemporaneidade, torna-se fulcral considerar a lógica de reordenamento do capital, com vistas à recomposição da taxa de lucratividade que abrange toda a dinâmica social, e esta incide sobremaneira no trabalho, com efeitos deletérios para a classe trabalhadora, conseqüentemente, com retrocesso dos seus direitos. Portanto, a exploração da força de trabalho é intrínseca ao modo produção capitalista, elemento determinante para o processo de acumulação, por isso, acumulam-se novas formas de ocupação e atividades informais.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª reimp. São Paulo. Boitempo. 2006.

ANTUNES, Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paul/Argentina. Cortez/CLACSO. 2001.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **O Averso do Trabalho**. 2ª Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo. Expressão Popula. 2012.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: um nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo. FCC. Ed. 34. 2002. p. 341 a 355.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230550>. Acesso em: 10/04/2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos**. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2006. p. 23 a 44.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: ente a emancipação e a precarização. São Paulo. Dissertação de Mestrado PUC – SP. 2003.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In: COSTA, Gilmaísa M; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (org). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió. EDFUAL. 2010. p. 111 a 126.

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho informal**: os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo. Revista Outubro, nº7. 2002.